

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE
FACULDADE VALE DO CRICARÉ
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**DANIELE LÍRIO MARTINS BORGES
EDVAN SILVA ALVES
LETÍCIA DIAS DE ARAÚJO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
PARA CRIANÇAS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**SÃO MATEUS
2016**

DANIELE LÍRIO MARTINS BORGES

EDVAN SILVA ALVES

LETÍCIA DIAS DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
PARA CRIANÇAS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
em Educação Física da Faculdade Vale
do Cricaré, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em
Educação Física.**

**Orientador: Prof. ME. José Roberto
Gonçalves de Abreu.**

SÃO MATEUS

2016

DANIELE LÍRIO MARTINS BORGES

EDVAN SILVA ALVES

LETÍCIA DIAS DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
PARA CRIANÇAS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Física da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Educação Física.

Aprovado em ____ de ____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

**ORIENTADOR: PROF. ME. JOSÉ
ROBERTO GONÇALVES DE ABREU**

FACULDADE VALE DO CRICARÉ

PROF.

FACULDADE VALE DO CRICARÉ

PROF.

FACULDADE VALE DO CRICARÉ

Dedicamos primeiramente a Deus, pela força e coragem durante essa caminhada, a família que esteve sempre presente e nos apoiando nos momentos de dificuldades. Aos nossos amigos pelo apoio e o incentivo constante, momentos compartilhados de tristeza, alegria e dores, com vocês a cada produção de um parágrafo produzido chegamos ao nosso objetivo. E os professores que com seus ensinamentos foram de mera importância na construção do nosso TCC.

Agradecemos a Deus pela oportunidade por permitir que esse momento chegasse, as nossas famílias e familiares pelo apoio e incentivo ao longo dessa jornada. E ao nosso orientador José Roberto pelas orientações, apoio e dedicação na elaboração do nosso trabalho, e a todos que estiveram envolvidos direto e indiretamente na nossa formação, no muito obrigado.

“O principal objetivo da Educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.”

Jean Piaget

RESUMO

A Educação Inclusiva está associada com atendimento educacional para garantir que todos os alunos, independentemente de suas capacidades, alcancem todo seu potencial em local escolar apropriado para beneficiar as crianças do público alvo da Educação Especial. A Educação Física é uma disciplina lúdica na qual se promove o contato, promove a socialização, cooperação, trabalha a parte motora, entre outras especificidades. A participação nesta aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. A Educação Inclusiva no Norte do Espírito Santo tem como objetivo principal demonstrar a importância da Educação Física no processo de inclusão do público alvo da Educação Especial nas escolas regulares. A pesquisa envolve os dados obtidos através de questionário descritivos por certo número de pessoas, realizado coleta de dados em três escolas do Norte do Estado do Espírito Santo, na qual enfatiza uma visão mais ampla da importância da Educação Física para o público alvo da Educação Especial.

Palavras-Chave: Educação Especial, Educação Inclusiva, Inclusão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Fachada da escola “Dr. Arnóbio Alves de Holanda”	27
Figura 02 - Pátio da escola “Dr. Arnóbio Alves de Holanda”	28
Figura 03 - Quadra Poliesportiva da escola “Dr. Arnóbio Alves de Holanda”	28
Figura 04 - Fachada da escola “Governador Carlos Lindemberg”	30
Figura 05 - Pátio da escola “Governador Carlos Lindemberg”	31
Figura 06 - Quadra Poliesportiva escola “Governador Carlos Lindemberg”	31
Figura 07 - Fachada da escola “Herinéia Lima de Oliveira”	33
Figura 08 - Quadra Poliesportiva da escola “Herinéia Lima de Oliveira”	33
Figura 09 - Campo de areia da escola “Herinéia Lima de Oliveira”	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	12
2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	12
2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA INCLUSÃO.....	14
3 O ATUAL ESTÁGIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	16
3.1 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	16
3.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS.....	19
4 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	22
5 METODOLOGIA.....	25
5.1 OBSERVAÇÃO EM CAMPO.....	26
6 RESULTADOS E DISCURSSÕES.....	35
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
8 REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICES	48

1 INTRODUÇÃO:

Desde a antiguidade, até os dias de hoje, percebe-se que a sociedade em geral faz uma leitura acerca das pessoas e demonstra dificuldades em lidar com as diferenças sociais, culturais, econômicas e principalmente físicas e intelectuais. Esta dificuldade enfrentada pela sociedade em aceitar as diferenças pode ser notada claramente. De acordo com esta visão distorcida a pessoa que caracterizar-se com alguma anormalidade em alguma de suas funções, tanto físicas, anatômicas e psicológicas é considerada como incapaz de desenvolver suas tarefas e com um potencial limitado (SOUZA, 2015).

Muitos conceitos relacionam a deficiência exclusivamente ao prejuízo ou falta de normalidade, rotulando a deficiência como algum tipo de comportamento diferenciado, desse modo, considerando as várias deficiências, o público alvo da Educação Especial constituem um grupo bastante heterogêneo. Podem ser consideradas como público alvo da Educação Especial as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência mental, física, auditiva, visual; as superdotadas ou com disfunção de aprendizagem; as com distúrbios severos de comportamento; e as portadoras de Síndrome de Down ou autismo.

A partir da década de 1980 a Educação Especial recebeu um grande impulso com a promulgação, pelas Nações Unidas do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Com isso, o assunto deixa de ser anonimato e passa a ser foco de discussão nas academias e órgãos governamentais, gerando uma busca maior por direitos iguais na Educação Especial.

A Educação Física é uma disciplina lúdica na qual se promove o contato, promove a socialização, cooperação, trabalha a parte motora, entre outras especificidades. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997).

É comum encontrar alunos com algum tipo de deficiência nas escolas regulares, assim, é necessário a formação de professores com conhecimentos específicos da área, para que o mesmo esteja preparado para uma educação para

diversidade e priorizar a inclusão. A criação de um ambiente educativo rico também está relacionada ao espaço que é destinado à formação continuada dos professores no sentido de apoiar seu trabalho no processo de inclusão do público alvo da Educação Especial.

O professor de Educação Física, bem como os das demais disciplinas, além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é preciso que os mesmos olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações. O que caracteriza a educação inclusiva é o fato de que é preciso que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, permanência e aproveitamento na escola, isto independente de qualquer característica específica que o educando possua.

É interessante ressaltar que os conteúdos a serem trabalhados são os mesmos de qualquer outra aula de Educação Física, o que modifica são os meios para permitir a inclusão do público alvo da Educação Especial. Professores que tem uma satisfação pessoal e se sentem realizados em trabalhar com aluno com algum tipo de deficiência, buscam aprimorar seus conhecimentos em cursos e encontros que abordam a questão da inclusão de alunos com deficiência no âmbito escolar. Capellini e Rodrigues (2009) acreditam que, para facilitar a aprendizagem de todos os alunos, é importante que o professor atente para as diferenças existentes entre os alunos como um recurso capaz de enriquecer as atividades educativas.

Trabalhos dessa natureza contribuem para a devida inclusão da criança público alvo da Educação Especial nas aulas de Educação Física, fazendo a escola realmente um espaço democrático e acessível a todos, respeitando as diferenças individuais e as necessidades de todos os alunos. Ser e estar na sociedade de forma participativa, entende-se que é ter acesso as oportunidades caracterizando de fato um mundo inclusivo. Para Chicon e Rodrigues (2011, p. 44) “A inclusão escolar deve traduzir um conjunto de reflexões e ações que garantam ingresso, permanência e saída de todos os alunos, devidamente instrumentalizados para a vida em sociedade.”

Considerando a ausência de estudos que demonstrem a importância da Educação Física para todos e a Educação Física na perspectiva da inclusão bem como a ausência de estudos que revele a atual situação no Norte do Estado do Espírito Santo, assim, faz-se necessário a ampliação do conhecimento para a

diminuição das barreiras e do preconceito em relação a inclusão de Alunos público alvo da Educação Especial.

O Decreto 3298/99 (BRASIL, 1999) que regulamentou a Lei nº 7.853/89, entre outras Leis como: Lei nº 9394/96 – LDBN - Educação Especial, Art. 205 e 208 Constituição Federal 1988, Declaração de Salamanca 1994, Resolução do CNE/CEB nº 2/2001, tem como objetivo assegurar o direito das pessoas com deficiências, garantindo a inclusão dos mesmos na sociedade e no âmbito escolar.

Embora existam leis que garantem o aluno com deficiência o direito de frequentar escolas regulares, no entanto, as escolas regulares não estão preparadas para receber os alunos com deficiência, apesar de buscarem alternativas junto aos órgãos responsáveis para que todos de fato tenham direito a educação de qualidade. Para Palma e Manta (2010) a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino não é meramente assegurar sua matrícula na escola, mas também fornecer subsídios necessários para seu aprendizado e autonomia, ou seja, garantia também de acessibilidade que ainda caminha em passos lentos assim como a formação e o aprimoramento dos profissionais que não correspondem com a realidade do aluno, deixando um déficit de aprendizado para com o mesmo.

Diante dessas reflexões é que resolvemos estudar a seguinte questão: Qual a importância da Educação Física no processo de inclusão do público alvo da Educação Especial?

A busca por esclarecer melhor a atual situação da Educação Inclusiva no Norte do Espírito Santo, o presente estudo tem como objetivo principal, demonstrar a importância da Educação Física no processo de inclusão do público alvo da Educação Especial nas escolas regulares. Ainda temos como objetivos, apresentar subsídios que facilitem o entendimento sobre a inclusão educacional de alunos que possuem algum tipo de deficiência, tanto nas aulas de Educação Física quanto no ambiente escolar, além de colaborar com a discussão que visa reduzir o preconceito perante ao público alvo da Educação Especial e demonstrar características necessárias ao processo de inclusão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

No período da Antiguidade, a população em geral veneravam o corpo saudável e forte, como perfeito. Nos povos primitivos, o tratamento destinado às pessoas com algum tipo de deficiência em alguns casos eram o extermínio, por considerá-los grave empecilho à sobrevivência do grupo, e em outros, os protegiam e os sustentavam para buscar a simpatia dos deuses ou por gratidão pelos esforços dos que se mutilavam nas guerras (FONSECA, 2000).

O extermínio era sem dúvida a prática mais utilizada devido a ignorância dos povos e pela conveniência. Neste período a deficiência era repudiada pela sociedade, devido principalmente a ideia de perfeição e do culto ao corpo que era tão evidente. Tal prática era tida como comum, pois segundo eles estavam eliminando os imperfeitos daquele grupo (SOUZA, 2015).

Contudo, Aranha (2004) afirma que dificilmente encontram-se relatos e evidências de acolhida, proteção ou tratamento de pessoas com deficiências. Tal fato demonstra que embora a igreja os consideravam como seres criados por Deus e possuidores de alma, ainda assim eles continuavam a mercê, sendo abandonados e desamparados pela sociedade.

As pessoas com algum tipo de deficiência eram consideradas amaldiçoadas, devido a crença e cultura da época, a falta de conhecimento e o medo levavam essas pessoas ao extermínio e ao abandono, o que na idade antiga não representava um problema de natureza ética ou moral, há um novo período em que podiam continuar vivas, embora ainda vistas como pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetada (BERTUOL, 2011).

De acordo com Lima (2012), a organização da Educação Especial se deu através de etapas:

Etapa do Extermínio, é o período da Antiguidade até o século V, os portadores de deficiência por suas limitações e imperfeições eram considerados inúteis à vida social, sendo lançados ao mar, rios ou do alto de penhascos, ou eram abandonados em lugares públicos, em montanhas ou em florestas.

Etapa Filantrópica ou Período da Segregação, entre o século XVI e XVII, a pessoa com deficiência era vista como uma eterna criança que estava doente e iria continuar assim. Numa época da "política de favores": assistencialista, paternalista, de caridade, mas segregadora e excludente.

Etapa Científica, com a transformação política e econômica da Revolução Burguesa, houve avanço na medicina e inicia as discussões acerca das causas e efeitos da deficiência, com base na herança genética, como origem dos distúrbios físicos e intelectuais. Assim, no ano de 1784 iniciou a educação para surdos e à abertura de um Instituto para crianças cegas, e foram feitas melhorias nos métodos de ensino para a área visual e auditiva. Posteriormente, no século XIX, Louis Braille criou o Sistema Braille e surgiu a Educação Especial na forma de assistência segregativa nas primeiras instituições assistencialistas.

Etapa Integracionista e Inclusiva, a partir do século XX, as pessoas com deficiência são vistas como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, porém ainda continua sendo assistencial e caritativa.

Etapa Inclusiva, em 1980 a inclusão das pessoas deficientes passou a exigir mudanças na sociedade e na escola, transformando a escola no Princípio da Atenção à Diversidade.

No início e no decorrer do século XX, estudos médicos e psicológicos contribuíram para um novo olhar a respeito da capacidade e inteligência das pessoas, bem como de uma nova conduta sobre como tratar as pessoas com algum tipo de Deficiência. A partir da institucionalização da escolaridade obrigatória e do reconhecimento de incapacidade da escola de responder pelo aprendizado de todos os alunos, criaram-se, então, as salas especiais dentro de escolas regulares, para onde os alunos considerados com dificuldade de aprendizado eram encaminhados (NUNES, 2015).

A partir da idade contemporânea há uma nova perspectiva na compreensão da pessoa com algum tipo de deficiência, enxergando nela suas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento para alternativas em seu atendimento educacional no sistema regular de ensino. Essa pessoa, deixa de ser vista apenas pelas suas limitações, passando a ser vista como alguém com potencialidades, com capacidades que devem ser desenvolvidas, com condições de viver em ambientes menos restritos, menos segregativos (BERTUOL, 2011).

A partir dos anos 60-80 já do século XX, tem-se a proposta de um novo modelo de convivência social, tendo como princípios a individualização, a normalização e a integração. Trabalha-se o aluno com deficiência, fora do contexto social, depois busca-se integrá-lo à sociedade que não se modifica para receber esse indivíduo da forma como ele é, respeitando-se sua individualidade, suas peculiaridades. Ele é quem deve se adaptar à sociedade. Vive-se sob o princípio da integração (Bertuol, 2011, p. 01).

Essa é a ideia da integração, que mais tarde será contraposta à concepção de inclusão. Na integração, a pessoa com deficiência deve se adaptar ao ambiente escolar. Já na proposta da inclusão, são as instituições que devem se adaptar e buscar, de fato, atender e se adaptar às pessoas com deficiência (NUNES, 2015).

Na década de 90 a educação inclusiva teve sua evolução, provavelmente devido aos dois encontros internacionais que aconteceram na época, sendo eles: A Conferência Mundial de Educação Para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em 1990 e a Conferência Mundial de Educação, em Salamanca, na Espanha, em 1994, na qual deu origem a Declaração de Salamanca (NUNES, 2015).

2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA INCLUSÃO

No Brasil, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas. Além desta interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõe-se e busca-se uma pedagogia que se dilate frente as diferenças do alunado. (BAPTISTA, 2006, p. 73)

A inclusão visa um novo caminho, no qual, a sociedade tem compromisso com público alvo da Educação Especial e sua diversidade e não apenas com as pessoas ditas “normais”. Deve-se quebrar o paradigma de sociedade que não enxerga o outro na sua diferença, criando condições de autonomia social, pessoal e educacional para que se repense os direitos de igualdade e de participação ativa na sociedade (SANTOS, 2012).

A inclusão consiste em uma atividade/tarefa de compreender, entender, envolver o indivíduo em situações de aprendizagem com princípios da interação. [...] a inclusão é um processo de interação, ambos são indissociáveis, significa, portanto, unificar, fazer parte. Não existe assim, inclusão sem a interação, separada a ação é incompleta (SANTOS, 2012, p. 300).

O termo inclusão está associado com atendimento educacional para garantir que todos os alunos, independentemente de suas capacidades, alcancem todo seu potencial em local escolar apropriado para beneficiar as crianças público alvo da Educação Especial. Devem ser consideradas as condições e deficiência de cada aluno, fazendo que os demais alunos interajam e compreendam as necessidades de

cada aluno e participem do processo de inclusão que é direito garantido pela legislação educacional vigente (ALVES e DUARTE, 2014).

Acreditamos que não são os especialistas e nem os métodos exclusivos que garantirão aos alunos com deficiência a possibilidade de se integrarem à escola comum, mas um esforço efetivo, visando capacitar os professores para o trabalharem com diferenças e diversidades. (CAPELLINI e RODRIGUES, 2009, p. 358).

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva:

Direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (MEC/SECADI, 2008).

3 O ATUAL ESTÁGIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.1 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, dispõe, em seu Art. 3º, que:

[...] a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes por lei, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

No artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, no artigo 4 item III, preconiza o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...]”, no artigo 59, que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar (BRASIL, 1996).

De acordo com LDB 9.394/96:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

O Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular dentre outras medidas (BRASIL, 1999).

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” e ainda preconiza que “a educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado (BRASIL, 2001).

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, declara que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Assim, a escola tem que se adequar ao aluno, colocando-se à disposição do mesmo, tornando-se um espaço inclusivo, quebrando o paradigma de que o aluno que tem que se adaptar à escola.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em 1990, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien, onde a educação aparece como preocupação mundial, chama a atenção para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização (BRASIL, 1990).

Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que aconteceu em Salamanca, na Espanha, em 1994, que resultou na chamada Declaração de Salamanca, teve como objeto específico de discussão, a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais. Um dos tópicos nela declarado é que “cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios”, a mesma incita direcionamentos aos governos, sendo que um deles é “criar mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1994).

Declaração de Salamanca, (1994, p. 42):

Devem ser disponibilizados recursos para garantir a formação dos professores de ensino regular que atendem alunos com necessidades especiais, para apoiar centros de recursos e para os professores de educação especial ou de apoio. Também é necessário assegurar as ajudas técnicas indispensáveis para garantir o sucesso de um sistema de educação integrada, cujas estratégias devem, portanto, está ligadas ao desenvolvimento dos serviços de apoio a nível central e intermédio.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que “as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas [...], inclusive o de não ser submetido a discriminação com base na deficiência [...]”, para os efeitos desta Convenção, o termo discriminação contra as pessoas com deficiência “significa toda a diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência [...]”. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo um novo olhar na educação especial, no âmbito da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (BRASIL, 1999).

Os documentos apresentados estabelecem objetivos e metas para o público alvo da Educação Especial, apresentando as propostas legais da inclusão, que devem ser cumpridas pela sociedade e garantir a efetivação da inclusão no meio social. Elas fazem parte de uma conquista ao longo dos anos e mesmo que na prática ainda não estejam sendo totalmente praticadas, ainda assim, trouxeram a esperança de uma sociedade mais igualitária.

Cabe-nos assumir que nenhum documento oficial define *a priori* o agir profissional no dia-a-dia de nossas escolas. Ao contrário, são nossas ações/reflexões cotidianas que balizam quaisquer ordenamentos legais. Devemos substituir as lamentações sussurradas por brados anunciadores de respostas educacionais pertinentes as demandas sociais que nos arrebatam.

[...] A educação escolarizada de pessoas que apresentam condições peculiares em seus processos ensino-aprendizagem não será efetivada por decreto – quer seja em ambientes mais, ou menos restritivos. (CHICON & RODRIGUES, 2011, p. 41)

3.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS

O Conselho Municipal de Educação de São Mateus – ES estabelece normas de atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial presente Resolução nº 12/2014 regulamenta a oferta da Educação Especial no Sistema Municipal de Educação.

Art. 1º A presente Resolução regulamente a oferta da Educação Especial no Sistema Municipal de Educação de São Mateus.

Art. 2º Considera público alvo da Educação Especial:

I – Alunos e alunas com deficiência: aqueles (as) que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II – Alunos e alunas com transtornos globais do desenvolvimento (TGD): aquele (as) que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos e alunas com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

III – Alunos e alunas com altas habilidades ou superdotação: aqueles (as) que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Nesse município, os serviços de educação especial concretizam por meio de 18 salas de recursos Multifuncionais para atendimento complementar no horário inverso das aulas. Desenvolve programas de formação continuada com vistas de qualificação dos recursos humanos para a área de educação especial, garante o acesso dos alunos público alvo da Educação Especial aos centros de referência.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Ensino deve garantir o funcionamento da Seção responsável pela Educação Especial, dotando-a de todas as condições necessárias ao estabelecimento de uma educação inclusiva com espaço físico adequado, equipe multidisciplinar, capacitação dos profissionais a transporte (SÃO MATEUS, 2014, p. 02).

Além disso, o município também oferece um atendimento especializado voltado para o atendimento dos alunos com deficiências auditivas. Este atendimento é orientado por profissionais capacitados e especializados em LIBRAS – Língua Brasileira dos Sinais.

O trabalho destes profissionais que atuam na educação especial do município de São Mateus começa com a observação das crianças durante as aulas e com os laudos emitidos pelos médicos que acompanham essas crianças. A partir daí é que de fato começam os acompanhamentos nas salas de recursos. O público alvo destas salas são: Síndrome de Down, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), cego baixa visão, deficientes físicos e surdos.

A Resolução nº 12/2014 do município de São Mateus ainda traz:

Art. 11º Evidencia a necessidade de Atendimento Educacional Especializado, a escola, para efetivar a ação educativa inclusiva, deverá fazer o uso da avaliação inicial, elaborada junto com a equipe multidisciplinar da Seção de Educação Especial da SME, com o apoio da família, buscando a colaboração das Secretarias de Saúde e Assistência Social.

Art. 12º A escola deverá oferecer ambiente físico, humano e pedagógico que permita à comunidade escolar o uso dos bens culturais, científicos e educacionais, com harmonia, bem-estar e consciência de cidadania.

Art. 13º Sistema Municipal de Ensino proporcionará ao (á) aluno(a) com deficiência atendimento que satisfaça às condições requeridas por suas especificidades visando ao seu desenvolvimento global e a inclusão à sociedade e ao mundo do trabalho.

Art. 14º A escola deverá acolher todos os alunos com deficiência, quer seja física, intelectual, sensorial, social, emocional ou linguística, devendo o atendimento ser feito em classes comuns, em todos os níveis e modalidade de ensino, respeitadas as exigências pedagógicas recomendadas (SÃO MATEUS, 2014, p. 04).

O município dentro dos princípios legais oferece atendimento ao público alvo da Educação Especial, a família que recusa este atendimento tem que assinar um termo, pois a escola oferece, mas a família não tem obrigação. O termo é para assegurar a sessão de Educação Especial da SME, pois pode acontecer da família procurar o ministério público e alegar que o Município não ofertou.

A lei 1.527/2015 do município de São Mateus estabelece normas ao atendimento e proporciona aos alunos público alvo da Educação Especial acompanhamentos especializado e profissionais como a auxiliar de educação especial formadas em cursos de capacitação para atendê-los.

§ 8º. Entende-se por Auxiliar de Educação Especial, o profissional com licenciatura plena e curso de formação na área da Deficiência Intelectual, de no mínimo 120 horas, que atuará na sala de aula, junto aos professores e às professoras de ensino comum, garantindo a permanência na escola e a apropriação de conhecimentos aos alunos em situação de deficiência, cujas condições de aprendizagem demandam intervenções pedagógicas mais específicas, intensivas e sistemáticas, a saber:

- a) Deficiência Múltipla;
- b) Deficiência Intelectual Severa;
- c) Autismo Infantil;
- d) Síndrome de Asperger.

I – A oferta do Auxiliar de Educação Especial deverá ser autorizada pela Seção de Educação Especial, após validação da Equipe Multidisciplinar da SME, no prazo máximo de 60 dias a partir da entrega pela equipe técnico-pedagógico da escola, [...]

II – O Auxiliar de Educação Especial deverá participar das atividades de formação em serviço e planejamento da escola e da sala de aula, juntamente com professor de ensino comum e o professor de atendimento educacional especializado.

III – Acompanhar e orientar aluno que apresenta deficiência nas atividades realizadas em sala de aula comum, bem como, em outros espaços educativos escolares;

IV – Atuar de forma colaborativa no contexto da sala de aula, atendendo eventuais necessidades dos/as da turma, seguindo as orientações do professor da turma e do pedagogo no acompanhamento e desenvolvimento das diversas atividades da vida escolar do aluno;

[...]

X – O Auxiliar de Educação Especial será orientado sobre suas funções pela equipe técnico-pedagógica da escola em consonância com as Resolução 12/2014 do Conselho Municipal de Educação (SÃO MATEUS, 2015, p.10 e 11).

4 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na perspectiva de OLIVEIRA (2004) a Educação Física existe em função do homem, enquanto ser individual e social, sendo assim temos que entender o indivíduo como um todo, nas suas várias formas de se relacionar com o mundo e a Educação Física como Cultura Corporal de Movimento têm que estar atenta as individualidades.

A origem da Educação Física está ligada as instituições militares e também a classe médica. Buscavam melhorar a qualidade de vida através das mudanças dos hábitos de higiene da população local. Neste sentido estavam em busca de um corpo saudável e menos suscetível as doenças.

Desde sua criação e ao longo de nove anos a Escola nacional de Educação Física e Desporto teve sua direção e grande parte do corpo docente ocupados por militares. A outra parte dos docentes era composta por médicos, que muitas vezes também eram militares, conferindo um status de cientificidade para a área (REIS, 2003).

Na intenção de sistematizar a ginástica dentro da escola brasileira, surgem os métodos ginásticos (gímnicos). Oriundos das escolas Sueca, alemã e francesa, assim esses métodos levaram a Educação Física a buscar algumas perspectivas como eugênica, higienista e militarista, onde os exercícios físicos deveriam ter como objetivos serem utilizados para obtenção da higiene física e moral (higienismo), preparando os indivíduos fisicamente para o combate militar (militarismo), (DARIDO; RANGEL, 2005).

Darido e Rangel (2005) acrescenta ainda que nos períodos históricos da Educação Física, podemos perceber que os conteúdos ginásticos e esportivos foram amplamente criticados ao longo da história. A partir da década de 1980, a concepção biológica da Educação Física criou uma oposição e o conceito Cultura Corporal ganhou força e passou a questionar as relações de predomínio dos conteúdos esportivos.

Neste sentido, percebemos que a Educação Física ao longo dos anos passou por muitas mudanças até chegar à Educação Física que conhecemos hoje.

Atualmente ela é composta por concepções, modelos, tendências e abordagens capazes de sistematizar e inseri-la na cultura corporal do movimento.

De acordo com Brancatti (1999), a Educação Física rompe a visão tradicionalista que visa apenas formar atletas. Hoje ela adota em sua prática o princípio da inclusão, com o intuito de desenvolver a autonomia, a cooperação e participação social de todos os alunos.

Segundo Menezes e Santos (2002) a Educação Física adaptada trata de um programa diversificado de jogos, esportes e ritmos adequados aos interesses, capacidades e limitações do aluno público alvo da Educação Especial.

Para Pedrinelli e Verenguer (2008) a Educação Física adaptada deve oportunizar a participação de pessoas com algum tipo de deficiência, nos mais variados contextos de atividade física.

No ano de 2003, Cardoso já afirmava que a inclusão de alunos Público Alvo da Educação Especial na escola regular, constitui uma perspectiva e um desafio para o século XXI, cada vez mais firme, nos diferentes sistemas e níveis educativos. No ano deste estudo conseguir matricular uma criança com algum tipo de deficiência em uma escola regular já era um passo importante, mas não era a solução do problema.

No Brasil, existem milhares de crianças Público Alvo da Educação Especial matriculadas nas escolas públicas e a Educação Física Escolar é um grande instrumento para inclusão desse público, e não há lugar melhor do que uma aula de Educação Física para realizar a inclusão educacional e social entre os alunos. Como diz Santos (2002) “[...] o exercício físico é uma das atividades que mais benefícios pode trazer aos alunos com necessidades especiais, por possibilitar-lhes a oportunidade de se expressar e de mostrar seu potencial, muitas vezes tolhido”.

A Educação Física como um dos componentes curriculares da educação básica, não pode ficar neutra diante do processo de inclusão do Público Alvo da Educação Especial. Como faz parte integrante do currículo oferecido pela escola, essa disciplina deve-se postar como protagonista no processo da inclusão escolar, deixando de lado a cultura desportiva e competitiva que é dominante nas aulas. Para tanto, há necessidade que os cursos de educação superior, que formam o licenciado em Educação Física, desenvolvam competências para esse fim (AGUIAR, 2005).

Segundo Aguiar (2005, p. 228):

Com o princípio da Inclusão, a Educação Física escolar deve ter como eixo fundamental o aluno e, sendo assim, deve desenvolver as competências de todos os discentes e dar aos mesmos condições para que tenham acesso aos conteúdos que propõe, com participação plena, adotando para tanto estratégias adequadas, evitando a exclusão ou alienação.

Precisa-se repensar o planejamento das aulas e a postura de muitos professores em aceitar a criança com deficiência. As ações educacionais historicamente, têm se dado de forma segregada, devido alguns alunos público alvo da Educação Especial serem dispensados das aulas de Educação física por parte de professores pouco preparados. Esses professores deixam de acreditar na capacidade de autonomia do mesmo, e os inclui às vezes apenas porque existe uma lei que lhe assegura esse direito (SANTOS, 2002).

5 METODOLOGIA

A busca por obtermos resultados através de averiguação com um certo número de pessoas, no qual ira nos ajudar a ter uma visão mais ampla da importância da Educação Física para o público Alvo da educação Especial, a presente pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa.

De acordo com Bogdan e Biklen apud Ludke e André (1986, p.3):

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtido no contexto direto do pesquisador com a situação estudada e enfatiza mais o processo de que o produto, e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Na verdade todos os dados são importantes.

Neste caso, a pesquisa qualitativa torna-se importante, na medida em que o pesquisador entra em contato com os participantes procurando de modo descritivo mostrar suas perspectivas no que diz respeito ao que está sendo estudado.

Será utilizada a pesquisa descritiva. Essa tipologia descritiva é definida por Gil (2007, p.42) como:

O meio que expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Também será realizada observação e coleta de dados através de questionários, bem como o levantamento bibliográfico buscando embasamento teórico em livros, artigos e sites, e complementada por uma pesquisa de campo.

O lócus da pesquisa são as escolas: EMEF “Arnóbio Alves de Holanda” em São Mateus, Escola Municipal De Pré E Ensino Fundamental “Governador Carlos Lindemberg” em Pinheiros e EMEF “Herinéia Lima de Oliveira” em Guriri, ambas do Norte do Estado do Espírito Santo.

Os sujeitos da pesquisa, que são os professores da escola, diz respeito a “[...] um conjunto de todos os elementos onde, cada um deles, apresenta uma ou mais características em comum” (GIL, 2007, p.31). Os sujeitos da pesquisa consistirá em 12 entrevistados, sendo eles 3 diretores, 3 pedagogos, 3 professores regentes de classe e 3 professores de educação física e todos serão identificados por seus respectivos nomes.

Os sujeitos da pesquisa são professores com formação em Pedagogia, dos doze apenas três possuem qualificação em Educação Física. Esclareceu-se para os

participantes os objetivos deste estudo, seguido da solicitação de autorização de participação na pesquisa.

Os critérios de seleção dos sujeitos são os seguintes: professores que atuam na educação de regente de classe, diretor a professor de Educação física, e o pedagogo, todos com prática que envolve a Educação Especial.

As técnicas de investigação (ou técnicas de coleta de dados) utilizadas serão: observação e aplicação de questionários com perguntas abertas. A análise será realizada a partir da confrontação dos dados relativos à importância da Educação Física para crianças público alvo da Educação Especial, coletados no trabalho de campo.

A seguir serão expostos os resultados e análises dos dados da pesquisa realizados nas Escolas através da aplicação de questionários com pergunta aberta e observação em campo. Para especificar as escolas, as mesmas serão identificadas por letras A, B, C, sendo respectivamente A (“Arnóbio Alves de Holanda”), B (“Governador Carlos Lindemberg”), C (“Herinéia Lima de Oliveira”). Os dados foram analisados a luz das escritas dos diversos autores utilizados como embasamento teórico referenciados nesta pesquisa, buscando dialogar os resultados procurando compreender melhor a temática.

5.1 OBSERVAÇÃO EM CAMPO

No dia 02/05/2016 estivemos na Escola Municipal Ensino Fundamental “Dr. Arnóbio Alves de Holanda” para obtermos informações sobre o perfil da mesma e sobre os profissionais que nela atuam. A diretora se encontrava de férias, assim nosso primeiro contato na escola foi com a pedagoga, que no momento não pode nos dar atenção, devido ao excesso de trabalho, mas a mesma nos encaminhou para a secretaria onde obtivemos as informações através da secretaria da escola, pois não tivemos acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, por estar sendo atualizado, buscamos algumas informações do histórico da escola com a bibliotecária.

De acordo com a bibliotecária a escola é um estabelecimento da rede municipal que foi fundada no dia 15 de junho de 1984 e está situada no coração do bairro Forno Velho, mais conhecido como COHAB, em São Mateus, na qual atende os alunos deste

bairro e de seus adjacentes, com ensino fundamental regular, matutino, vespertino e a EJA noturno. Sua atual gestão é composta por profissionais administrativos (secretaria, serventes e cozinheiras), corpo técnico pedagógico (diretora, pedagogas, coordenadoras e supervisoras, bibliotecária, cuidadoras e professores).

Segundo a secretaria a escola é mantida por verba municipal e federal, e conta com a estrutura física, 12 salas de aula, sala de diretoria, sala de professores, cozinha, biblioteca, parque infantil, quadra poliesportiva, banheiro dentro do prédio, dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado, cantina, pátio descoberto e área verde.

Na segunda visita à escola no 06/05/2016, conversamos com as professoras e entregamos as questões a serem respondidas e agendamos o dia para retornar a escola, a pedagoga não pode nos atender novamente, por estar atendendo aos pais dos alunos.

Na terceira visita à escola no dia 09/05, conversamos com diretora da escola e passamos todas as informações do projeto, entregamos as questões para serem respondidas, ficou de nos entregar até o dia 13/05, entregamos para a pedagoga as questões, e só recebeu após a diretora liberar. A professora de classe ainda não tinha respondido, pediu para voltarmos no dia seguinte, à professora de Educação Física Mara Rubia nos entregou na data agendada.



Figura 1: Fachada da escola “Dr. Arnóbio Alves de Holanda”



Figura 2: Pátio da escola “Dr. Arnóbio Alves de Holanda”



Figura 3: Quadra Poliesportiva da escola “Dr. Arnóbio Alves de Holanda”

A escola (fig. 1) atende os alunos do bairro e adjacentes e conta com três professores de Educação Física, que até o final do presente estudo desenvolviam suas aulas no pátio externo de areia (fig. 2), no parquinho da escola e na antiga quadra descoberta, pois a quadra da mesma (fig. 3) estava interditada, por motivo da queda da cesta de basquetebol, na qual foi solicitado a Secretaria de Educação o conserto da mesma, para um melhor desenvolvimento das aulas de educação física.

No dia 04 de Maio de 2016 estivemos na Escola Municipal de Pré e Ensino Fundamental “Governador Carlos Lindemberg”, o nosso primeiro contato na escola foi com Secretário Escolar para o qual explicamos o motivo da nossa visita. O mesmo nos encaminhou ao Diretor da escola, que foi muito simpático e atencioso conosco. Em conversa com Diretor explicamos para o mesmo que estamos finalizando o nosso curso em Licenciatura em Educação Física e que precisávamos realizar uma pesquisa de campo naquela escola, o Diretor não colocou empecilhos, deu uma volta conosco na escola e nos apresentou aos secretários, coordenador e alguns professores e nos deixou à vontade para perguntar e observar quem quiséssemos dentro da escola.

Em conversa com o Diretor pudemos nos informar da localidade da escola, que está situada na Rua Olímpia, 175, Bairro Santo Antônio, Pinheiros – Espírito Santo. De acordo com o Diretor a mesma é mantida pela Prefeitura Municipal de Pinheiros, e parte com recursos financeiros do PDDE (Programa Dinheiro na Escola), que é destinada a compra de materiais permanentes e de consumo e PAF (Programa de Ações Financeiras).

De acordo com a coordenação, a escola iniciou suas atividades em 1988 com o nome de Escola Municipal Bairro Vila Verde, Ato de Criação, Lei nº 0031/84 de 06/11/84. Ato de Aprovação, Res. CEE nº 1169/97 de 13/10/97. Atualmente funciona com a seguinte estrutura física: 14 salas de aula, 01 biblioteca, 01 laboratório de informática, 01 secretaria, 01 sala de Direção, 01 sala de Supervisão, 01 sala para Coordenação, 01 sala de AEE, 01 depósito, 01 escovo dromo, 01 cantina, 01 quadra poli esportiva, cozinha e banheiros e uma grande área para otimização de espaço para lazer que merece uma atenção especial, tais como: arborização, gramados, disposição de bancos e mesas para otimização do espaço de lazer para os alunos.

Segundo a administração da escola, a mesma, conta ainda com 36 professores, 03 Supervisores, 02 Coordenadores de turno, 08 secretários escolares, 01 auxiliar de sala de leitura, 01 técnico de informática, 03 merendeiras, 07 serventes e 02 vigilantes diurnos.

Segundo o secretário escolar, atualmente a escola possui cerca de 696 alunos matriculados de 1º Ano a 9º nos turnos matutino e vespertino com idades que variam de 6 a 17 anos de idade e cerca de 30 alunos matriculados na EJA no turno noturno. Ainda nos informou que o perfil socioeconômico é bem diversificado, porém a maioria dos alunos é de baixa renda, 50% dependem de programas da bolsa família.



Figura 4: Fachada da escola “Governador Carlos Lindemberg”



Figura 5: Pátio da escola “Governador Carlos Lindemberg”



Figura 6: Quadra Poliesportiva escola “Governador Carlos Lindemberg”

Vimos que é uma escola muito bonita e bem cuidada (fig. 4), nota-se que o pátio (fig. 5) é uma área com um espaço amplo e que merece uma atenção especial, pois possui arborização, gramados, bancos e mesas onde podem ser realizados eventos da escola e ser utilizado para realização de atividades diversas para os alunos. A escola conta com uma quadra poliesportiva (fig. 6), na qual encontra-se um pouco deteriorada, mas com condições de desenvolver as atividades propostas nas aulas de educação física.

Estivemos na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Herinéia Lima de Oliveira” no dia 05 de Maio de 2016, nosso primeiro contato foi com a servente e ela nos encaminhou até o pedagogo, a qual explicamos o motivo da nossa visita. Alegou estar muito ocupado e pediu para que esperássemos, logo após ele retornou e explicamos melhor sobre a pesquisa de campo e dissemos que era de grande importância.

Segundo a coordenação a escola iniciou suas atividades em maio de 2007, era anexo a EMEF Guriri, em agosto do mesmo ano passou a se chamar EMEF Mariricu e desmembrou-as da EMEF Guriri. Em abril de 2008 a escola passou para Prof.^a Herinéia Lima Oliveira, em homenagem a professora Herinéia Lima Oliveira. A escola localiza - se na Rua Edith Laura D’ Almeida, Guriri - São Mateus. A diretora da Escola, que segundo o pedagogo Paulo, encontra- se de férias, é Elisângela Rocio de Moura.

O coordenador nos encaminhou para uma das secretárias, e de acordo com a mesma a escola funciona no turno Matutino, vespertino e noturno, conta com 63 funcionários ao todo, sendo 19 professores no matutino, 09 no noturno, a mesma não soube nos informar sobre o vespertino. Segundo a secretaria a escola tem atendimento somente em ensino fundamental, possui 03 professores de Educação Física, atende cerca de 550 alunos do 1º ao 9º ano.

De acordo com a administração a escola tem um espaço grande, separado da escola, no qual acontecem as aulas de Educação Física, tem uma quadra coberta e espaços abertos com areia, que encontra - se abandonado.



Figura 7: Fachada da escola “Herinéia Lima de Oliveira”



Figura 8: Quadra Poliesportiva da escola “Herinéia Lima de Oliveira”



Figura 9: Campo de areia da escola “Herinéia Lima de Oliveira”

A escola em sua estrutura traz traços de abandono (fig. 7), possui uma quadra poliesportiva (fig. 8) que se encontra em estado precário com paredes pinchadas e cadeiras espalhadas em sua volta, a mesma não é utilizada somente para as aulas de educação física, é frequentada nos finais de semana por moradores do bairro para realização de bate bola e consumo de drogas e conseqüentemente causam a deterioração da mesma. A escola possui um campo de areia (fig. 9), um ótimo espaço para desenvolver atividades nas aulas de educação física, mas não é utilizado e até o final do presente estudo se encontrava abandonado.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados coletados, baseado em análise feita em questionário aberto, aplicado nas escolas A, B, e C, uma das questões levantadas foi acerca de como os profissionais definem a inclusão escolar, e todos os pareceres estão muito ligados ao que diz a Constituição Federal de 1988, que define que um dos seus objetivos fundamentais “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Vejam os que diz o diretor da escola B:

Na minha opinião a inclusão escolar é parte importante das políticas públicas educacionais que visam a inserção de educandos especiais, no espaço formal de educação escolar, possibilitando um desenvolvimento social, afetivo e humano mais igualitário.

Todas as definições dadas pelos participantes estavam intrinsecamente ligadas à responsabilidade definida pela constituição, LDB/96, Estatuto da Criança e do Adolescente, e todos os órgãos legais que defendem os direitos da inclusão escolar.

Ainda dentro desse contexto, a pedagoga da escola A pauta sua definição da seguinte forma:

Para mim a inclusão escolar é um ato de acolher todas as pessoas, sem exceção no sistema de ensino independente da deficiência que apresenta. Uma vez que toda escola esteja preparada, que seja parte física e humana.

Para reafirmar que a mentalidade que se tem de educação Inclusiva está atrelado quase que totalmente com os direitos constitucionais, a professora regente da escola C, assim como os demais, tem sua definição feita da seguinte forma: “É a inserção das pessoas portadora de alguma necessidade especial nas escolas públicas e/ou privadas.”.

Outra questão levantada, de fundamental importância dentro da questão inclusiva, se refere se a escola está preparada para receber o público alvo da Educação Especial. No tocante da lei, definido na Lei Nº 9394/96 – Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional – 1996, Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida

preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Enquanto a lei assegura que todo aluno público alvo da Educação Especial deve ter condição de ser inclusivo, a realidade é bem diferente, e nesse caso, a teoria na prática é outra coisa. De acordo com os entrevistados, é preciso muito ainda para alcançar os resultados previstos por lei, e oferecer educação inclusiva de qualidade.

No questionamento, a diretora da escola A se manifesta da seguinte forma:

A escola tenta fazer o possível para atender os alunos especiais, mas não está preparada fisicamente e até mesmo estruturada com salas de jogos adaptadas para esses alunos, onde teriam recursos para preparar suas aulas e atender em suas diferenças.

A pedagoga da escola C percebe as coisas de uma forma muito semelhante da diretora anteriormente citada: “A escola tenta fazer com que os alunos sejam incluídos, mas ainda se faz necessário políticas públicas para que de fato aconteça.”.

A percepção da realidade sob o ponto de vista dos profissionais da educação, em relação a ambiente físico da educação inclusiva é muito fiel à realidade enfrentada no dia a dia, outra opinião pertinente e semelhante aos demais é a do Pedagogo da escola B “Não, devido à falta de estrutura, equipamentos e profissionais especializados.” Notamos esses fatores essenciais, percebidos no dia a dia, é um entrave para a educação inclusiva, que se torna limitada por não possuir estrutura adequada para seu funcionamento.

A terceira questão abordada foi: Em sua opinião, a equipe técnica e pedagógica está preparada para atender o público alvo da Educação Especial dentro dos princípios da inclusão? De acordo com a lei, o assegurado é: §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

Novamente, podemos perceber uma unidade muito grande de acordo com os profissionais das diferentes escolas. De acordo com a percepção da pedagoga da escola A:

Ainda precisamos avançar muito, pois precisamos de profissionais especializados e capacitados para atender melhor esses alunos. Quem sabe uma equipe multidisciplinar de profissionais para melhor desenvolver o nosso trabalho.

A professora regente da mesma escola citada acima compartilha da visão da pedagoga, e define a sua opinião da seguinte forma:

Como disse não temos profissionais habilitados para atendimento a esse público, o ideal seria contarmos com uma equipe multidisciplinar, assim nossas crianças teriam seus direitos garantidos.

A professora regente de classe da escola C, também percebe a realidade de forma bem parecida com os colegas de profissão: “Não, pois falta qualificação e aperfeiçoamento devidos na inclusão da disciplina nas graduações.”

O diretor da escola B, quando questionado, avalia a questão de forma mais abrangente, e se manifesta assim: “Considero que ainda não, pois o nível de complexidade desta demanda é enorme, sem falar dos desafios que é lidar com pessoas especiais”. Ele sobrepõe os olhos um pouco adiante da qualificação profissional, pois não estando diretamente em sala de aula, tem uma visão que vai um pouco além de formação profissional.

A penúltima questão abordada no questionário aberto aborda a participação familiar no processo educacional da criança público alvo da Educação Especial, elaborada da seguinte forma: Como você avalia a participação da família no processo de inclusão escolar do público alvo da Educação Especial?

A percepção de acordo com a manifestação dos participantes, é que a educação inclusiva tem pouca participação familiar, pois em boa parte dos casos os pais veem o período que o filho público alvo da Educação Especial está na escola como um momento em que é possível organizar as coisas. Mas nem sempre a visão e o comprometimento é esse, quando a família é mais informada e mais ciente dos seus direitos, a parceria com a escola funciona de forma mais efetiva, e isso melhora muito a obtenção de resultados.

A professora regente da escola A, descreve a realidade como:

A participação da família é fundamental, mas a família deve ser esclarecida, conhecer os seus direitos, pra saber cobrar, caso contrário, não terá êxito. Às vezes mesmo tendo conhecimento, seus direitos ficam em segundo plano. Mas quando a família acompanha, leva ao médico, mantém a criança medicada, ajuda e muito.

De acordo com a realidade educacional de cada ambiente de ensino, no tocante da realidade, as percepções nem sempre são as mesmas, o diretor da escola B tem o seguinte ponto de vista:

As famílias ainda não estão cientes de seu papel neste processo, entendo em sua maioria, que é simplesmente colocar o aluno na escola regular. Na realidade é necessário que as habilidades e competências que são desenvolvidas no espaço educativo, sejam acompanhadas e reforçadas em casa.

O professor regente da escola C também percebe a realidade de forma um pouco semelhante com o diretor citado acima, onde:

A família também não está preparada para ter um filho (a) com necessidades especiais, portanto veem a escola como um lugar de escape, onde podem deixar as crianças para poder descansar e aliviar.

A percepção é que seja na escola ou em casa, ter um filho com necessidade especial requer mais atenção, disposição, tempo, cuidados e condições emocional, estrutural e financeira, e infelizmente a realidade nem sempre favorece o que é necessário para os cuidados com uma criança público alvo da Educação Especial.

A última questão abordada aborda o profissional de educação física, na visão dos demais profissionais questionados, quanto à importância do mesmo no desenvolvimento dos alunos público alvo da Educação Especial. O questionamento foi: Qual a importância da Educação Física no processo de inclusão escolar dos alunos Público Alvo da Educação Especial?

A professora regente da escola A tem a seguinte concepção:

Penso que a Arte, a Música e a Educação Física são essencialmente importantes e podem ajudar muito nesse processo de inclusão, se o professor tiver boa vontade pra fazer isso. No ano passado uma professora de Judô, desenvolveu um projeto com crianças autistas na EMEF Arnóbio, que foi um sucesso. Porque são disciplinas que de uma forma ou de outra mexe com eles, eles gostam e se deixam ser integrados.

Para a pedagoga da escola B:

A Educação Física no processo de inclusão escolar é de suma importância para o desenvolvimento físico, mental e social dos alunos portadores de necessidades especiais.

O professor regente da escola C também reafirma a importância da educação física e acha sua manifestação necessária, pois promove: “Interação e integração com os colegas, desenvolvimento da motricidade, e autoestima.”.

Em todas as manifestações na participação, a visão é da importância da Educação Física para a contribuição no desenvolvimento da criança público alvo da Educação Especial.

O outro questionário aplicado foi com questionamentos diferentes aos aplicados aos diretores, pedagogos e professores regentes. Foram elaboradas cinco questões e todas elas direcionadas especificamente aos professores de Educação Física. A questão trabalhada com os profissionais são as mesmas, e contou com a participação de 3 professores de Educação Física das citadas escolas A, B e C.

A primeira questão abordada quer a opinião dos profissionais quanto à: O seu planejamento contempla atividades específicas para o público alvo da Educação Especial? O que foi observado é que há uma preocupação quanto ao atendimento dessas crianças, e sempre que possível os alunos com necessidades são inseridos na aula de educação física, e não sendo possível isso, é feito um planejamento individual para que o aluno seja contemplado.

O professor de Educação Física da Escola A se manifesta da seguinte maneira: “Procuro inclui-los ao máximo nas aulas, porém se houver necessidade respeito às limitações e faço planejamentos exclusivos.”.

O profissional da escola B age de forma contrária ao professor citado acima, uma vez que o mesmo não demonstra uma preocupação em planejar aulas específicas visando a inclusão do aluno público alvo da Educação Especial: “Atividade específica não, atividades adaptadas, sim.”

O professor da escola C não demonstrou um planejamento específico em caso de necessidade, mas integra o aluno especial com os demais:

Algumas atividades, a maioria dos conteúdos e suas atividades, os alunos especiais fazem com os outros alunos, sendo respeitadas as limitações de cada um.

A segunda pergunta foi feita dentro do contexto de inclusão e integração: Para você existe diferença entre inclusão e integração? Explique?

O professor da escola A vê da seguinte forma: “Sim. Integração é entre de sexo oposto, entre os mais e menos habilidosos. Quando se fala inclusão penso em atividade adaptadas para alunos especiais.”.

O professor da escola B observa as coisas de forma mais abrangente, faz sua definição baseada em valores mais sólidos e humanamente necessários:

A integração nos induz a acreditar que podemos escolher quais seres humanos têm direito a estar nas escolas, nos parques de diversões, nas igrejas, nos ambientes de trabalho, em todos os lugares. A inclusão, ao contrário, nos aponta para um novo caminho. Nele, nossas decisões são guiadas pela certeza de que o direito de escolher seres humanos é filosoficamente ilegítimo, além de ser anticonstitucional.

O professor da escola C foi mais objetivo e preciso, porém não menos consciente: “Sim, integração limita-se a inserir no grupo de forma superficial, inclusão e fazer com que o indivíduo se sinta parte do grupo.”

Os profissionais estão atentos aos direitos e deveres, e procuram dentro do possível tornar prático o que manda a lei, mas, sobretudo é perceptível uma lei natural que flui de forma mais resiliente no que tange a dificuldade do outro.

A terceira questão abordada faz referência em como o profissional se vê e se prepara: Você se sente preparado para ministrar as aulas de Educação Física em turmas que possui alunos com algum tipo de deficiência? Por quê?

O observado em relação aos profissionais é que isso depende do tipo de deficiência. O professor da escola A se mostrou mais confiante frente aos desafios: “Sim. Porque acima de tudo aceito os desafios da minha profissão, procuro estudar sempre.”, o professor da escola B vê de forma diferente: “Não, porque não tive nenhuma capacitação efetiva para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais.”, enquanto o professor C se baseia muito em sua realidade cotidiana:

Acredito que sim, embora também acredito que depende o grau de deficiência, nunca trabalhei com aluno cadeirante, ou deficiência que limitasse muito o movimento.

A quarta questão abordada foi em relação ao posicionamento da escola com o aviso prévio caso exista algum aluno com necessidade especial em sua turma: Quando você vai trabalhar em uma escola, e a mesma lhe comunica que terá que trabalhar com aluno (a) com alguma deficiência, você demonstra alguma preocupação? Há uma unanimidade na forma como se manifestaram, é evidente que há sim uma preocupação. Lidar com as limitações alheias requer habilidades e

competências que nem sempre se possui. Mas há um empenho muito grande em fazer valer os direitos dessas crianças:

De acordo com o professor da escola C:

Sim, alunos com deficiência nas escolas de ensino regular foram aceitos por lei, há pouco tempo, apesar de ter formação e cursos preparatórios, a insegurança para o novo sempre se faz presente.

A última questão aborda a existência ou não de uma diferenciação no tratamento, por parte dos alunos, com os alunos especiais: Em suas aulas, você nota se existe algum tipo de preconceito por parte dos alunos (as) ditos “normais” para com os alunos (as) com deficiência?

De acordo com o observado nas ponderações dos questionados, na maioria dos casos esse preconceito não existe, pois o aluno que não possui necessidade, quando necessário e possível, quer ajudar, integrar o aluno com necessidades especiais, mas isso nem sempre é regra. O professor da escola C se manifesta de forma um pouco contrária:

Sim, existe sempre que o deficiente precisa de ajuda para cumprir alguma tarefa. Porém, é trabalhado a conscientização das limitações, nossas e dos alunos com deficiência. Não pode é deixar de trabalhar a conscientização.

Há, em todas as questões abordadas, a necessidade de saber como acontece essa interação e como são respaldados esses direitos, e há uma real preocupação por parte desses profissionais em fazer a diferença, em agregar qualidade a essas crianças.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa procurou-se investigar a relação dos profissionais da Educação com o desempenho dos alunos de Educação Inclusiva, levando em consideração as condições de trabalho e a competência quanto ao atendimento dessas crianças.

Este estudo foi de grande relevância, causando interesse não só dos participantes, mas de todos os envolvidos na pesquisa.

Considerando a opinião dos 12 professores foi possível confrontar “Educação Inclusiva: A Importância da Educação Física para crianças público alvo da Educação Especial”. Diante dos resultados obtidos, podemos concluir nossas considerações a respeito desse assunto.

Verificamos que para a educação inclusiva acontecer de forma plena, primeiro é necessário ter formação que respalde o atendimento a esses alunos. A Educação Inclusiva pede formação voltada para a inclusão, mas isso não é tudo. É necessário a família trabalhar junto com a escola, incentivando em casa o aluno, promovendo qualidade de vida, e reforçando em casa o que se aprende na escola. É preciso associar aos cuidados cotidianos cuidados médicos, recreação, e afetividade no relacionamento. É preciso que, em casa e na escola, se reafirmem as possibilidades de interação social.

Notamos que é necessário ambientes físico adequados, condições de trabalho adequadas. Não basta ressaltar que é necessária formação e cooperação familiar, é necessário que o desenvolvimento seja possível, seja adequado, e infelizmente essa não é uma realidade da grande maioria das escolas, que carece de espaço físico adequado, e trabalha de forma precária, oferecendo o mínimo do que é assegurado por lei, por falta de condições de fazer mais e melhor.

Percebemos, sobretudo a importância da Educação Física como promotora de interação e possibilidades, é onde melhor se desenvolve a relação de proximidade e respeito. É onde o convívio é mais abrangente e mais descontraído. É onde o aluno pode se sentir como parte do todo, suas limitações ficam menos evidentes dependendo da sua limitação, é onde de fato ele vai se associar aos demais, vai estar com os demais, e vai se sentir parte de algo. As manifestações de ajuda, interesse no próximo, e a proximidade se entrelaçam, de forma que a inserção se faz verdadeira.

Verificamos também que o convívio com a criança com necessidade especial torna os demais a sua volta mais conscientes. Reafirma valores da ausência do preconceito, e esse existindo, pode aos poucos ser desconstruído. Ensina os demais a enxergarem que as limitações fazem parte dos seres humanos, e acima de tudo, faz o profissional desejar ser melhor em sua atuação para que possa ajudar mais, envolver mais, ensinar mais e incluir muito mais.

Entendemos que existe a necessidade de novos estudos que contemple diferentes estabelecimentos de ensino que possuam o atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial, e é preciso que o governo invista mais em educação, e que, como as escolas pesquisadas valorizem as atividades desenvolvidas com os alunos especiais, assim como valorizem a formação do aluno. Para estudos futuros, sugerimos uma pesquisa com um número maior de escolas, professores, pedagogos e diretores e em diferentes regiões do país.

Ao final do trabalho, nos sentimos instigados a melhorar como futuros profissionais, isso porque acreditamos na Educação Física como meio de formação humana, e porque consideramos fundamental a presença de práticas educacionais de qualidade nas escolas.

8 REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S.; DUARTE, É. **Educação Inclusiva: Um Estudo na Área da Educação Física** - Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Mai.-Ago. 2005, v.11, n.2, p.223-240

ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison. **A percepção dos alunos com deficiência sobre sua inclusão nas aulas de Educação Física: um estudo de caso.** rer. bras. esporte [online]. 2014, vol.28, n.2, pp. 329-338. ISSN 1807-5509.

ARANHA, M. S. F. Inclusão. In MARQUEZINE, M. C. (et al.); **Inclusão**. Londrina. EDUEL, 2004. P 15-18.

BRANCATTI, P. R. (Org). **Educação especial e estigma: corporeidade, sexualidade expressão artística.** Marília: Unesp – Marília – Publicações, 1999.

BAPTISTA, C. R. (Org.); **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.** Porto Alegre: Mediação, 2006.

BERTUOL, C. L.: **Breve Histórico da Inclusão Escolar**, 2011; Disponível em: <http://construindosaberessignificativos.blogspot.com.br/2011/11/breve-historico-da-inclusao-escolar.html>. Acessado em 05/05/2016 as 15:40 h.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Guatemala: 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Políticas Nacionais de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.**

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R.: Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, set./dez. 2009.

CARDOSO, C. S. **Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada**. *Educação*, n. 49, p. 137-144, 2003.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (São Mateus). Resolução nº 12, de 22 de Agosto de 2014. **Revoga a Resolução 12/2014, regulamenta e estabelece normas de atendimento aos alunos público alvo da educação especial nas instituições de educação infantil e ensino fundamental do sistema municipal de educação**, São Mateus, 2014.

CHICON, J. F.; RODRIGUES, G. M. (Orgs): **Práticas pedagógicas e pesquisa em educação física escolar inclusiva**. Vitória, ES: EDUFES, 2011.

DARIDO, S. C. RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GIL, Antônio Carlos: Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

FONSECA, R. T. M. (2000). Proteção jurídica dos portadores de deficiência. *Revista de Direitos Difusos*, 4(1), 481-486.

LIMA, S. V. de; **Educação**: Etapas da Organização da Educação Especial; 2012: Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/etapas-da-organizacao-da-educacao-especial-6077675.html>. Acessado em 05/05/2016 as 14:50 h.

LUDKE, M E. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas, São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MENEZES, E.T.; SANTOS, T. H. Dicionário interativo da Educação Brasileira – educaBrasil (2002). Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=248>> Acesso em 04 Abril 2016.

NUNES, S. da S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E.: Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. *PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO*, 2015, 35(4), 1106-1119.

OLIVEIRA, A. A. S. O conceito de deficiência em discussão: representações sociais de professores especializados. **Revista. Bras. Educação Especial**. Ed. Esp. Marília. V.10, N. 1, 2004.

PALMA, L. E. e MANTA, S. W. **Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de Educação Física sobre a acessibilidade nos espaços de prática para as aulas**. Educação, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 303-314, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>>

PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. Educação Física Adaptada: Introdução ao Universo das possibilidades. "In": GORGATTI, M. G; COSTA, R. F. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 2 ed. Ver. E ampliada – Barueri – SP: Manole, 2008, 660p.

REIS, M. C. **A identidade acadêmico - científica da Educação Física**: uma investigação. 2003. 301 f.. Tese (doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas. 2003.

SÃO MATEUS. Lei nº 1.517, de 30 de Setembro de 2015. **Regulamenta e estabelece normas de atendimento aos alunos público alvo da educação especial nas instituições de educação infantil e ensino fundamental do sistema municipal de educação**, São Mateus, 2015.

SANTOS, Marilene Ribeiro dos. **Educação Física Adaptada**. In: Revista Integração, ano 14, ed. Especial, Brasília [online]. 2002. p 5. ISSN – 1677-8073.

SANTOS, M. do S. dos, AURELIANO, F. E. B. S. **Aspectos históricos e conceituais da educação Inclusiva**: uma análise da perspectiva dos Professores do ensino fundamental. Espaço do currículo [online], v.4, n.2, pp.295-309, Setembro de 2011 a Março de 2012. ISSN 1983-1579.

SOUZA, G.; TEIXEIRA, R. A. **Educação física adaptada e primeiros socorros**. Londrina: Editora e Distribuidora S. A., 2015.

APÊNDICE A - PERGUNTAS DIRECIONADAS AO PROFESSOR DE CLASSE, PEDAGOGO E DIRETOR

1. Como a Senhora define inclusão escolar?
2. Em sua opinião a escola está preparada para receber o público alvo da Educação Especial?
3. Em sua opinião, a equipe técnica e pedagógica está preparada para atender o público alvo da Educação Especial dentro dos princípios da inclusão?
4. Como você avalia a participação da família no processo de inclusão escolar do público alvo da Educação Especial?
5. Qual a importância da Educação Física no processo de inclusão escolar dos alunos público alvo da Educação Especial

APÊNDICE B - PERGUNTAS DIRECIONADAS AO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. O seu planejamento contempla atividades específicas para o público alvo da Educação Especial?
2. Para vice existe diferença entre inclusão e integração? Explique:
3. Você se sente preparado para ministrar as aulas de Educação Física em turmas que possui alunos com algum tipo de deficiência? Porque?
4. Quando você vai trabalhar em um escola, e a mesma lhe comunica que terá que trabalhar com aluno (a) com alguma deficiência, você demonstra alguma preocupação?
5. Em suas aulas, você nota se existe algum tipo de preconceito por parte dos alunos (as) ditos “normais” para com os alunos (as) com deficiência?